

Sobre as decisões do Governo relativas ao investimento na Sinalização e Compra de Comboios para o Metropolitano de Lisboa

O PCP **saúda a decisão** de proceder à aquisição de material circulante e de sinalização para o Metropolitano de Lisboa. Depois de anos de desinvestimento, da responsabilidade de PS/PSD/CDS, é sempre de saudar o retomar do mesmo.

O PCP lamenta que a decisão seja tomada desenquadrada de uma discussão séria sobre as necessidades nacionais de material circulante nos próximos 15 anos, e a possibilidade de enfrentar essas necessidades com um autêntico plano de fomento, que não só imponha as soluções mais racionais como garanta a máxima incorporação nacional quer na produção quer na manutenção futura do material – como propõe o Projecto de Resolução 1143/XIII que o PCP apresentou na Assembleia da República.

Nesse sentido, esta decisão peca: por apostar numa série curta (7 comboios, 14 composições triplas, é uma série ainda mais curta que qualquer série hoje ao serviço no ML); por estar desligada da satisfação das necessidades futuras (a partir de 2026 vai ser necessário começar a substituir as actuais composições); por não incluir qualquer referência à incorporação nacional na produção (dificultada pelo tamanho da empreitada); e por não referir qualquer garantia de que a manutenção e reparação do equipamento será da responsabilidade da manutenção do Metropolitano.

O PCP **lamenta** ainda que continuando há longo tempo 30 composições imobilizadas por falta de trabalhadores na Manutenção do Metropolitano (mais do dobro do que agora se anuncia querer comprar), que **o Governo continue a proibir a contratação** dos mais 23 trabalhadores pedidos pela própria Administração, e que continue a enfiar a cabeça na areia quando confrontado com este problema. Ainda recentemente, o Ministro do Ambiente, em resposta a uma pergunta do PCP (Pg 458/XIII), se limita a valorizar o ter autorizado a entrada o ano passado de 10 trabalhadores para a manutenção (os quais ainda não entraram todos!), preferindo ignorar que continua a travar a entrada dos trabalhadores necessários e a só autorizar a sua subcontratação (que já é uma realidade parcial e só não se generalizou graças à resistência e justa luta dos trabalhadores do ML).

O PCP lamenta que também noutras questões essenciais para a melhoria do serviço do ML – falta de trabalhadores nas estações, falta de trabalhadores na fiscalização, falta de trabalhadores na manutenção da infraestrutura – o Governo continue a adiar as contratações necessárias, e continue a dar mostras de antes apostar na tentativa de generalizar a subcontratação, e o recurso a prestadores de serviços e aos baixos salários. O PCP valoriza o facto de estar a completar-se a formação dos últimos novos 30 maquinistas, mas lamenta o atraso desta medida (passaram dois anos do anúncio pelo primeiro-ministro da sua entrada «eminente» depois de confrontado pelos trabalhadores e pelo PCP) e lamenta que essa entrada de trabalhadores não se alargue às restantes necessidades operacionais.

O PCP **lamenta** ainda que sejam a submissão às orientações e imposições da União Europeia e do Euro o que continua **a travar a resposta necessária** aos problemas dos transportes públicos. A decisão de investir 200 milhões de euros (o grosso num leasing operacional entre 2020 e 2041) ocorre quando continuam a ser adiadas as respostas urgentes — e de muito menor custo - que o Metropolitano de Lisboa necessita para retomar uma oferta de serviço público de qualidade.

Lisboa, 9 de Abril 2018 Sector dos Transportes da ORL do PCP